

# **GEO** **FRONTER**

**ISSN: 2447-9195**

## **BRASIL E CHINA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: O DESENVOLVIMENTO RURAL NA LONGA DURAÇÃO (1500-2025)**

Brazil and China in the capitalist world-economy: rural development strategies in the large scale (1500-2025)

Brasil y China en la economía-mundo capitalista: el desarrollo rural en la larga duración (1500-2025)

---

**Laura Brand Fabrizio**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**Pedro Antonio Vieira**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**Resumo:** O artigo analisa comparativamente as trajetórias de desenvolvimento rural de Brasil e China na longa duração (1500-2025), a partir da perspectiva da economia-mundo capitalista. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento rural não pode ser compreendido apenas por dinâmicas nacionais, mas pela posição estrutural dos países na economia-mundo e por sua capacidade de aproveitar conjunturas sistêmicas. Metodologicamente, utiliza-se a comparação abrangente para examinar três períodos históricos (1500-1850; 1850-1980; 1980-2025), buscando identificar como os estados e suas respectivas regiões influenciaram os resultados no campo. Argumenta-se que Brasil e China seguiram trajetórias divergentes: enquanto o Brasil consolidou um modelo agroexportador baseado em cinco séculos de latifúndio, a China construiu, após 1949, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na reforma agrária e na organização camponesa. A comparação evidencia uma bifurcação histórica entre América Latina e Leste Asiático no interior da economia-mundo.

**Palavras-chave:** Política rural; Sistemas-Mundo; Leste Asiático; América Latina.

**Abstract:** The article comparatively analyzes the trajectories of rural development in Brazil and China over the long durée (1500–2025) from the perspective of the capitalist world-economy. It assumes that rural development cannot be understood solely through national dynamics, but must also be explained by countries' structural positions within the world-economy and their ability to take advantage of systemic conjunctions. Methodologically, the study adopts encompassing comparison to examine three historical periods (1500–1850; 1850–1980; 1980–2025), seeking to identify how states and their respective regions influenced rural outcomes. It argues that Brazil and China followed divergent trajectories: while Brazil consolidated an export-oriented agricultural model based on five centuries of large landed estates, China built, after 1949, a rural development project supported by land reform and peasant organization. The comparison highlights a historical bifurcation between Latin America and East Asia within the world-economy.

**Keywords:** Rural policy; World-systems; East Asia; Latin America.

**Resumen:** El artículo analiza comparativamente las trayectorias de desarrollo rural de Brasil y China en la larga duración (1500–2025), desde la perspectiva de la economía-mundo capitalista. Se parte del supuesto de que

el desarrollo rural no puede comprenderse únicamente a partir de dinámicas nacionales, sino también por la posición estructural de los países en la economía-mundo y por su capacidad para aprovechar las coyunturas sistémicas. Metodológicamente, se utiliza la comparación amplia para examinar tres períodos históricos (1500–1850; 1850–1980; 1980–2025), con el fin de identificar cómo los Estados y sus respectivas regiones influyeron en los resultados en el campo. Se sostiene que Brasil y China siguieron trayectorias divergentes: mientras Brasil consolidó un modelo agroexportador basado en cinco siglos de latifundio, China construyó, después de 1949, un proyecto de desarrollo rural apoyado en la reforma agraria y en la organización campesina. La comparación evidencia una bifurcación histórica entre América Latina y Asia Oriental dentro de la economía-mundo.

**Palabras clave:** Política rural; Sistemas-mundo; Asia Oriental, América Latina.

## **Introdução**

América Latina e Leste Asiático emergiram historicamente como regiões periféricas e semiperiféricas no interior da economia-mundo capitalista (E-MC). A partir dessa posição estrutural, suas trajetórias de desenvolvimento rural refletem não apenas estratégias internas de desenvolvimento econômico, mas também as formas como cada Estado conseguiu ou não aproveitar as dinâmicas sistêmicas em curso. Com este pano de fundo, o artigo tem dois objetivos: 1) analisar o desenvolvimento rural de China e Brasil em três temporalidades: 1500 a 1850, 1850 a 1980, e 1980-2025, procurando avaliar como tais políticas foram influenciadas pela inserção dos dois países na economia-mundo capitalista e pelas relações dos mesmos com suas respectivas regiões; 2) verificar se aquelas políticas expressam a trajetória de bifurcação entre a América Latina e o Leste Asiático, bifurcação que será esclarecida mais adiante.

A comparação entre Brasil e China se justifica porque ambos os países enfrentaram, a partir do século XX, desafios semelhantes de inserção no sistema-mundo e de resposta às demandas de transformação do campo. Contudo, enquanto o Brasil consolidou um modelo de agricultura de larga escala orientado para as demandas externas e marcado pela concentração fundiária com heranças colonial e escravocrata, a China priorizou, principalmente após a Revolução de 1949, um modelo de desenvolvimento rural que articulava reforma agrária, organização camponesa e provisão estatal de crédito, infraestrutura e proteção social. Além de se deverem às condições historicamente construídas do Estado, da economia e da sociedade em

cada um dos países, essas escolhas refletem também formas de aproveitar as dinâmicas estruturais favoráveis à promoção do crescimento econômico.

A metodologia do artigo adota a comparação abrangente (Tilly, 1984), examinando dois casos de regiões distintas da economia-mundo para identificar como características particulares podem ser explicadas em função de suas relações com o todo. Não buscamos causas finais para grandes processos históricos, mas causas aproximadas que iluminem a forma como as políticas agrárias se articularam às condições estruturais. Por desenvolvimento rural entendemos, o conjunto de políticas e práticas voltadas à transformação das condições de vida das populações camponesas, em suas dimensões produtiva, social e política (Stédile, 2002).

É importante destacar que, sob a perspectiva adotada, não existe um “desenvolvimento” autônomo de um Estado nacional. De fato, o desenvolvimento dos países do sistema interestatal é expressão do desenvolvimento da economia-mundo capitalista em sua totalidade (Wallerstein, 2004). Mas Estados individualmente podem aproveitar aberturas conjunturais e movimentos da estrutura sistêmica para aumentar sua participação na riqueza gerada ao longo das cadeias mercantis que conformam a economia-mundo. Esse cuidado analítico busca evitar o “nacionalismo metodológico” (Vieira, 2015), o qual supõe que as trajetórias nacionais podem ser entendidas apenas a partir de seus marcos internos. Ao trazer essa comparação na perspectiva da economia política dos sistemas-mundo, pretendemos contribuir para o debate sobre a questão agrária e o desenvolvimento rural, mostrando como as distintas trajetórias de desenvolvimento e de inserção mundial de Brasil e China explicam, pelo menos em parte, os resultados alcançados e as contradições ainda em curso.

Para alcançar os objetivos acima apresentados, o artigo tem, além desta introdução e das considerações finais, mais três seções. A primeira analisa como a América Latina e o Leste Asiático, que emergiram no sistema-mundo capitalista como periferia-semiperiferia, percorreram trajetórias opostas ao longo do tempo. A segunda seção reconstrói historicamente a trajetória de desenvolvimento rural do Brasil, observando seus resultados econômicos e sociais para a população do campo. Na terceira seção, o mesmo exercício é realizado para a China.

### **As distintas trajetórias da América Latina e do Leste Asiático na economia-mundo capitalista**

Antes de avaliarmos as estratégias políticas de desenvolvimento rural no Brasil e na China, julgamos necessário situar as posições estruturais de ambos dentro da economia-mundo

capitalista. Em nosso entendimento, a situação atual possui longa duração histórica, marcada por continuidades estruturais. Para isso, apoiamos nossa análise no enfoque regional da análise dos sistemas-mundo delineado por Arrighi, Hamashita e Selden (2003) e retomado por Vieira, Ouriques e Santos (2023), que argumentam que América Latina e Leste Asiático seguiram trajetórias distintas de desenvolvimento dentro da economia-mundo capitalista.

Embora ambas tenham emergido como periferia ou semiperiferia do capitalismo histórico, seus caminhos se bifurcam na conjuntura contemporânea: enquanto o Leste Asiático desloca-se em direção ao centro da acumulação mundial, a América Latina permanece em posição periférica. Para compreender essa divergência, é necessário identificar as características estruturantes da economia-mundo capitalista (E-MC) e as condicionantes históricas das trajetórias regionais.

A economia-mundo capitalista surge como um sistema social histórico no longo século XVI (1450-1650), inicialmente em partes da Europa e das Américas, expandindo-se posteriormente para todo o globo. Esse sistema é formado por um subsistema interestatal, consolidado formalmente com o Tratado de Westphalia, e por um subsistema econômico estruturado pelas cadeias mercantis mundiais<sup>1</sup>, que segmentam o sistema em centro, semiperiferia e periferia conforme a distribuição desigual da riqueza produzida.

Segundo Wallerstein (2004), o capitalismo não se define simplesmente pela produção para o mercado ou pelo trabalho assalariado, práticas presentes há milênios em diferentes regiões. O que o caracteriza é a transformação da acumulação ilimitada de capital em objetivo social central. Isso tornou-se possível quando agentes capitalistas se articularam ao Estado (Braudel, 1987; Arrighi, 1996). Como sintetiza Vieira (2025, p. 35), ao unirem seus interesses, “os capitalistas — que buscam o lucro máximo — e os formadores de Estado — que buscam o monopólio do poder — criaram o sistema social histórico em que vivemos hoje”. Esse sistema é capitalista porque está organizado pela acumulação incessante de capital (Vieira, 2025). Nesse arranjo, o Estado desempenha papel fundamental ao garantir as condições políticas e coercitivas necessárias para a expansão da acumulação.

Dissemos acima que o sistema interestatal é formado pelos estados nacionais, que são a unidade política por excelência da E-MC. Mas há uma outra unidade espacial, a região, que pode ser considerada uma zona intermediária entre a nação e a economia-mundo. Arrighi, Hamashita e Selden (2003) utilizam o conceito de **região-mundo** para descrever entidades

---

<sup>1</sup> Para detalhes consultar o capítulo I de Vieira (2025).

relativamente autônomas, formadas por múltiplas culturas materiais e políticas e definidas por intensas interdependências internas. Nesse sentido, o Leste Asiático pode ser entendido como uma região-mundo, pois até o século XIX manteve dinâmicas próprias relativamente autônomas em relação à economia-mundo europeia. As interações entre suas sub-regiões foram historicamente mais relevantes para seus processos de desenvolvimento do que suas relações externas.

Ao analisarem a América Latina, Vieira, Ouriques e Santos (2023) concluem que ela não pode ser caracterizada como uma região-mundo nos mesmos termos. Isso ocorre porque as interações entre os países latino-americanos nunca foram centrais para seus processos de desenvolvimento, que estiveram historicamente condicionados por vínculos externos com o sistema mundial. Para comparar as duas regiões, os autores identificam três temporalidades históricas. Na longa duração (1500-1850), a América Latina foi incorporada à economia-mundo como colônia de Portugal e Espanha, marcada por desigualdade social, exclusão dos povos originários, economia baseada no trabalho forçado e ausência de Estados fortes. Já o Leste Asiático permaneceu como arena externa da economia-mundo e possuía uma longa tradição de Estados centralizados (Kang, 2010). Enquanto a América Latina se especializou na produção de bens primários para exportação, o Leste Asiático desenvolveu economias voltadas ao mercado interno e preservou capacidade tecnológica e institucional própria.

No período intermediário (1850-1980), mesmo após a independência, a América Latina manteve posição periférica, com Estados frágeis, instabilidade política e economias primário-exportadoras, além de industrialização tardia e dependente de capitais estrangeiros. Em contraste, embora incorporado de forma subordinada ao sistema mundial, o Leste Asiático conseguiu preservar maior capacidade estatal para disciplinar agentes econômicos e conduzir processos de modernização tecnológica, o que fortaleceu sua base manufatureira e suas redes regionais de interdependência.

No período recente (1980-2020), essas diferenças tornaram-se ainda mais pronunciadas. Na América Latina, a crise da dívida externa e a adoção de políticas neoliberais levaram à desindustrialização, à privatização de ativos estratégicos e ao reforço da especialização em commodities. Já o Leste Asiático manteve estratégias desenvolvimentistas, ampliando sua capacidade produtiva e tecnológica e capturando parcelas crescentes do excedente mundial (Vieira; Ouriques; Santos, 2023).

Em síntese, a trajetória latino-americana é marcada por menor autonomia e baixa organicidade regional quando comparada ao Leste Asiático. Essa divergência está ligada à

forma distinta de inserção de cada região na economia-mundo capitalista: enquanto o Leste Asiático preservou, em diferentes momentos históricos, margens de autonomia para definir seu próprio caminho de desenvolvimento, a América Latina nasceu integrada ao sistema mundial desde o século XVI, o que condicionou profundamente suas trajetórias (Vieira; Ouriques; Santos, 2023). Como veremos a seguir, essa diferença histórica se manifesta de forma clara nos casos de Brasil e China, que passaram a ocupar posições bastante distintas na hierarquia do sistema-mundo.

### **Trajectoria de desenvolvimento rural e política agrária do Brasil**

Como vimos, a América Latina não teve uma história autônoma em relação à economia-mundo capitalista. Por isso, o Brasil, ou melhor, a colônia portuguesa na América, já nasceu integrado a esse sistema que emergiu na Europa no longo século XVI (1450-1650). A história brasileira é, portanto, indissociável da própria formação da economia-mundo e da condição colonial. O desenvolvimento agrário no Brasil esteve vinculado a essa inserção periférica, estruturada pelas cadeias mercantis globais que instalaram no território um subsistema produtivo voltado às redes de produção e troca das economias centrais. Baseado no latifúndio, no trabalho escravo e na produção de bens primários para exportação, esse padrão marcou a trajetória agrária nacional até o final do século XIX.

Essa interpretação parte da ideia de que, ao colonizar as terras americanas por meio da produção açucareira, Portugal inseriu o Brasil no processo de formação da economia-mundo capitalista (Vieira, 2010). Antes da colonização, os povos originários viviam em agrupamentos tribais, organizados em atividades de caça, pesca, coleta e agricultura limitada (Stédile, 2011). Segundo Darcy Ribeiro (1995), havia mais de 300 grupos tribais no território, somando cerca de 5 milhões de pessoas. Com a chegada dos portugueses, a organização da produção e da vida social foi reestruturada para produzir mercadorias destinadas ao mercado mundial. Utilizando trabalho escravizado, inicialmente indígena e posteriormente africano, estruturou-se um sistema de *plantation* voltado à exportação de produtos como açúcar, algodão, tabaco, cacau e café.

A produção açucareira, iniciada por volta de 1550, formou uma rede global de negócios conectando América, Europa, África e Ásia. A Europa fornecia capitais, equipamentos e concentrava o refino e o consumo; a África fornecia a força de trabalho escravizada; e a Ásia contribuía com mercadorias utilizadas nas trocas comerciais do tráfico (Vieira, 2010). Nessa perspectiva, a economia colonial constituiu-se como um subsistema da reprodução da economia-mundo capitalista. Assim, além de beneficiar o comércio europeu (Prado Jr., 2008)

e contribuir para a acumulação primitiva (Novais, 2005), a colonização portuguesa participou diretamente da formação do moderno sistema-mundo.

Durante esse período, a Coroa portuguesa detinha formalmente a posse da terra, concedendo seu uso por meio do sistema de sesmarias. Como indígenas e negros escravizados não podiam possuir terras, consolidou-se uma estrutura espacial altamente concentrada, na qual poucos controlavam vastas áreas destinadas à produção para exportação. Em grande medida, a questão agrária brasileira tem origem nesse contexto colonial e, mesmo após a independência em 1822, manteve-se marcada pela concentração fundiária que beneficiava “uma reduzida minoria” (Prado Jr., 1979, p. 15).

No século XIX, a pressão britânica pelo fim do tráfico internacional de escravos levou à aprovação da Lei Eusébio de Queiroz (1850). No mesmo ano foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 601), que instituiu a propriedade privada e determinou a compra como única forma de acesso à terra. Ao impedir que trabalhadores libertos se tornassem pequenos proprietários, a lei consolidou a grande propriedade rural. Como afirma Stédile (2011, p. 23), “a Lei de Terras foi então o batistério do latifúndio no Brasil”.

Impedida de acessar a terra, grande parte da população negra libertada migrou para as cidades. Para suprir a escassez de mão de obra nas lavouras, o país incentivou a imigração de camponeses europeus pobres, especialmente italianos, alemães e espanhóis. Entre 1875 e 1914 chegaram ao Brasil mais de 1,6 milhão de imigrantes (Ribeiro, 1995). Parte recebeu lotes no Sul, enquanto outra parcela foi incorporada às fazendas de café no Sudeste.

Desse processo emergiu o campesinato brasileiro, que segundo Stédile (2012) possui duas origens principais: a imigração de camponeses europeus e a formação de um campesinato mestiço, resultado da miscigenação entre negros, indígenas e brancos ao longo da colonização. Impedidos de acessar a propriedade da terra, muitos trabalhadores ocuparam áreas livres do interior, formando comunidades rurais baseadas na produção de subsistência.

Entre o final do século XIX e a década de 1930, o café tornou-se o eixo da economia brasileira e reforçou a inserção periférica do país. Embora o Brasil produzisse cerca de 80% do café mundial, os principais nós da cadeia mercantil permaneciam sob controle estrangeiro britânicos no comércio e financiamento e estadunidenses no consumo (Vieira, 2012). Assim, apesar de dominar a produção, o país apropriava-se de parcela limitada dos lucros, transferidos aos centros hegemônicos.

A crise mundial de 1930, associada ao declínio da hegemonia britânica (Arrighi, 1996), abriu espaço para a industrialização e para uma estratégia nacional de desenvolvimento sob

Getúlio Vargas. Contudo, a consolidação da hegemonia estadunidense no pós-guerra interrompeu esse projeto (Arend, 2013). Com Juscelino Kubitschek, adotou-se um desenvolvimentismo internacionalista, no qual a industrialização passou a ser liderada por empresas multinacionais.

No campo, entre as décadas de 1930 e 1950, consolidou-se a subordinação da agricultura à indústria e um processo de modernização agrícola conservadora, baseado na incorporação de tecnologias sem alterar a estrutura fundiária. Paralelamente, emergiu o debate sobre reforma agrária e função social da terra (Delgado, 2005). Entretanto, com o golpe militar de 1964, esse debate foi interrompido e as políticas agrícolas passaram a priorizar produtividade, preços e comércio exterior, deixando de lado a questão fundiária.

Durante a chamada “era de ouro” do capitalismo (1950-1970) e sob hegemonia norte-americana, difundiu-se na América Latina o pensamento funcionalista sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico: liberar mão de obra para a indústria, fornecer alimentos e matérias-primas, ampliar exportações e transferir renda ao setor urbano (Delgado, 2005). Nesse contexto, foram implementados pacotes tecnológicos da Revolução Verde e ampliadas políticas de crédito rural e modernização produtiva.

Esse processo resultou em um pacto tecnicamente inovador, porém socialmente conservador. O latifúndio foi amplamente beneficiado por políticas estatais de crédito e incentivo fiscal, reforçando a valorização da terra e a heterogeneidade da agricultura brasileira. Os avanços concentraram-se principalmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto Norte e Nordeste permaneceram com baixos níveis de modernização (Delgado, 2005).

Para a questão agrária brasileira, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por transição e contradições. O enfraquecimento da ditadura e a abertura política possibilitaram ampla articulação de movimentos sociais e entidades de assessoria agrária para prestação de suporte técnico e jurídico à população rural. Surgem o Movimento das(os) Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidades que buscavam uma reforma agrária que enfrentasse a desigualdade fundiária e promovesse maior inclusão e melhores condições sociais para o campesinato.

Por outro lado, com a expansão financeira da economia-mundo capitalista iniciada na segunda metade da década de 1970, a política econômica externa brasileira vinculou o setor agrícola à “solução” do endividamento, reforçando a concentração fundiária e a especulação no

mercado de terras, em benefício dos grandes proprietários (Delgado, 2005). Com esse ajuste neoliberal, desde os anos 1980, o Brasil passa a estimular o agronegócio, intensificando sua especialização como exportador de commodities (soja e carne, principalmente) e aprofundando sua inserção subordinada nas cadeias globais. O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) relançou o agronegócio por meio de iniciativas convergentes: investimento em infraestrutura territorial com eixos de desenvolvimento para integrar novos territórios e corredores comerciais; direcionamento da pesquisa agropecuária, reorganizando a Embrapa em sintonia com empresas multinacionais; regulação frouxa do mercado de terras, deixando grande parte das áreas fora do controle público; e mudança na política cambial, que aumentou a competitividade internacional do agronegócio, associando o grande capital à grande propriedade fundiária sob mediação estatal (Delgado, 2005).

Na mesma década de 1990, consolidaram-se políticas públicas voltadas à agricultura familiar, impulsionadas pela Constituição de 1988, que ampliou direitos sociais aos trabalhadores rurais, e por movimentos, como o Grito da Terra Brasil. Nesse contexto surgiu em 1993 o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor (Provap), que deu origem em 1994 ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), marco do reconhecimento legal dos agricultores familiares, posteriormente consolidado pela Lei nº 11.326/2006. Nos anos 2000, os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) ampliaram esse processo, com a criação no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de instrumentos voltados ao crédito, comercialização e assistência técnica. O Pronaf, por exemplo, alcançou na safra de 2008/2009 mais de 2,23 milhões de contratos e 10,8 bilhões de reais em recursos, beneficiando majoritariamente agricultores antes excluídos do crédito rural (Mielitz Neto; Melo; Maia, 2010). Outros programas importantes foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003), que direciona compras da agricultura familiar para a segurança alimentar; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); o Garantia-Safra; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2009), que passou a exigir a aplicação de no mínimo 30% do orçamento municipal em produtos da agricultura familiar; o Programa Nacional de Biodiesel; o Mais Alimentos; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Embora os avanços sociais promovidos pelo novo arcabouço institucional tenham beneficiado os camponeses brasileiros, a estrutura fundiária do país permanece entre as mais desiguais e concentradas do mundo. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que pequenas propriedades, com até 100 hectares, representam 70% do total, mas ocupam apenas 11% da

área rural, enquanto os latifúndios concentram cerca de 55% das terras aráveis (Konchinski; Bianchi, 2025). Desde 1990, o governo brasileiro criou aproximadamente 9 mil assentamentos em 88 milhões de hectares, beneficiando 1,2 milhão de famílias (MST, 2022). Apesar disso, estima-se que ainda haja ao menos 145 mil famílias acampadas, sem-terra, aguardando por um lote para produzir (Konchinski; Bianchi, 2025).

Esse quadro fundiário desigual repercute diretamente nas condições de vida da população rural. A pesquisa de Valadares e Alves (2023), realizada no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017-2018, mostra que, entre 2002 e 2018, o número de famílias rurais cresceu 28,4%, ritmo bem inferior ao das áreas urbanas, que avançaram 44,7%. Como resultado, a participação relativa do campo no total de famílias brasileiras caiu de 15,2% para 13,7%. Além disso, o tamanho médio dos domicílios diminuiu em ambos os contextos, indicando certa convergência entre campo e cidade, ainda que a expansão urbana se mantenha mais acelerada.

As desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando se observam os rendimentos. Em 2018, 67% das famílias rurais viviam com até três salários mínimos, contra 39% nas cidades. Entre elas, 43% sobreviviam com até dois salários mínimos, enquanto apenas 10% ultrapassavam seis salários-mínimos, proporção três vezes menor que a registrada nas áreas urbanas (29%). Apesar da política de valorização do salário-mínimo praticada até 2019, seu papel como indexador de preços reduziu a capacidade aquisitiva das famílias, sobretudo no campo (Valadares; Alves, 2023). Soma-se a isso uma crescente dependência das transferências de renda: em 2008, o trabalho representava 53,6% da renda total das famílias rurais; em 2018, essa participação caiu para 46,8%, enquanto aposentadorias, pensões e programas assistenciais subiram de 20,5% para 25,3%. Entre as famílias mais vulneráveis, com renda de até dois salários-mínimos, essa dependência é ainda maior, aproximando-se do peso da renda do trabalho.

Portanto, o estudo de Valadares e Alves (2023) evidencia que a vulnerabilidade estrutural da população rural se expressa no menor peso demográfico, renda média mais baixa, forte concentração em faixas de até três salários-mínimos e dependência crescente de políticas sociais. Essa fragilidade se conecta a outro aspecto fundamental, a organização produtiva no campo. O Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), elaborado a partir do Censo Agropecuário de 2017, mostra que a agricultura familiar representava 76,8% dos estabelecimentos (cerca de

3,9 milhões), mas ocupava apenas 23% da área total agropecuária. Ainda assim, era responsável por 66,3% da força de trabalho, evidenciando sua centralidade na dinâmica rural.

Contudo, a predominância numérica da agricultura familiar não se traduz em melhores condições estruturais. De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), a escolaridade no meio rural permanece baixa, com a maioria dos produtores possuindo apenas ensino médio incompleto. Já a modernização era bastante desigual, pois apenas 21,8% dos estabelecimentos tinham semeadeira ou colheitadeira, chegando a apenas 3% no Nordeste, contra 66,8% no Sul. O acesso à internet também é restrito, alcançando apenas 28,2% dos estabelecimentos, com marcantes disparidades regionais. Sobre a mecanização, somente 14,4% dos estabelecimentos agropecuários possuíam tratores, e a diferença entre agricultores familiares e não familiares é expressiva. No Centro-Oeste, por exemplo, quase metade dos estabelecimentos não familiares tinham trator, contra apenas 3,2% dos familiares. No Sul, a diferença chega a quase 30 pontos percentuais.

Em síntese, esses indicadores mostram as contradições centrais da estrutura agrária brasileira, pois embora a agricultura familiar, ou camponesa, seja majoritária em número de estabelecimentos e responsável por grande parte do emprego rural, enfrenta limitações no acesso à terra, crédito, assistência técnica, tecnologia, mecanização e conectividade digital. Por outro lado, a agricultura não familiar, mesmo sendo minoritária em número de estabelecimentos, concentra terras, maquinário e recursos, reforçando a prioridade estrutural do país ao agronegócio aliado ao latifúndio e às exportações, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar.

O Brasil é um dos maiores agroexportadores de commodities agrícolas do mundo. Apesar dos avanços sociais e das novas políticas públicas para as populações do campo brasileiro, o agronegócio aliado ao latifúndio é ainda o principal criador de riqueza no meio rural, consolidando um campo extremamente desigual. Como tentamos evidenciar, o desenvolvimento rural no Brasil tem uma longa ligação histórica com a economia-mundo capitalista. Com uma inserção subordinada às cadeias mercantis mundiais de produção e de troca, vigorando a lei da acumulação incessante de capital, a trajetória do campo brasileiro ocorreu, de forma prioritária, por meio da despossessão de terras e pela exploração do trabalho. Em grande parte, devido à herança colonial e escravocrata, o desenvolvimento rural do Brasil relegou ao segundo plano a maioria da população camponesa, sendo eles agricultores familiares, quilombolas e imigrantes, em detrimento da expansão de grandes latifúndios e capitalistas proprietários de terra.

### **Trajatória do desenvolvimento rural e da política agrária da China**

A China, em contraste com o Brasil, não nasceu integrada à economia-mundo capitalista. Como vimos, o Leste Asiático pode ser compreendido como uma região-mundo que, na longa duração de cerca de 500 anos, desenvolveu um sistema marítimo tributário, intensas trocas comerciais com manufaturas próprias, um mercado interno dinâmico e uma sociabilidade enraizada muito antes da emergência do moderno sistema-mundo. No centro desse sistema encontrava-se a China Imperial, que mantinha uma ordem hierárquica de laços culturais, políticos e econômicos com os estados tributários, entre os quais se destacavam Japão, Coreia e Vietnã (Hamashita, 2003; Hendler, 2018). O sistema sinocêntrico foi organizado pelas dinastias chinesas desde a Tang (século VII) até a Qing (1644–1911), estruturando redes de comércio e tributos que interligavam áreas costeiras, cidades portuárias e circuitos de longa distância.

Segundo Sugihara (2003), entre os séculos XVI e XVIII o Leste Asiático experimentou crescimento populacional sustentado acompanhado de modesto aumento do padrão de vida. Isso foi possível graças ao avanço tecnológico e ao fortalecimento de instituições baseadas na plena absorção do trabalho familiar, sobretudo no lar camponês e na comunidade aldeã. Essas instituições, que não correspondem a um modo de produção específico, manifestaram-se em unidades menores e resilientes que sobreviveram a turbulências políticas e mudanças estruturais, tornando-se pilares do desenvolvimento regional. Dessa forma, ao contrário do Ocidente, a acumulação de capital ocorreu em grande medida sem despossessão de terra e sem que os capitalistas controlassem o Estado (Arrighi, 2008).

Esse processo expressa uma lógica de dependência da trajetória, na qual arranjos históricos moldam as possibilidades de crescimento de longo prazo. Desde os séculos XII e XIII difundiram-se práticas agrícolas inovadoras, como seleção de sementes, irrigação, cultivo múltiplo e uso ampliado de ferramentas, com destaque para o arroz irrigado no delta do Yangzi. A expansão dessa base produtiva sustentou o crescimento populacional e a comercialização agrícola entre os séculos XVI e XVIII, além de influenciar o desenvolvimento agrícola no Japão. Assim, a agricultura no Leste Asiático consolidou-se em pequenas propriedades altamente intensivas em trabalho, com média de 1 a 3 hectares, distinguindo-se das experiências europeia e norte-americana (Sugihara, 2003).

Nesse contexto, a família camponesa constituiu a principal unidade de produção, consumo e reprodução social. O núcleo familiar organizava o calendário agrícola, distribuindo tarefas entre seus membros e cultivando diferentes variedades de arroz para equilibrar a

demanda de trabalho ao longo do ano. Esse arranjo estimulava cooperação interna, polivalência nas tarefas e grande flexibilidade diante de emergências, sendo a habilidade de gestão doméstica um atributo central (Sugihara, 2003). Articulada à comunidade aldeã, a família reforçava a disciplina produtiva muitas vezes mais por sanções sociais do que por imposições formais do Estado.

Além disso, esse sistema camponês integrava atividades protoindustriais, permitindo que parte do trabalho familiar fosse direcionada à produção artesanal, como o beneficiamento da seda e a tecelagem do algodão. Diferentemente da experiência europeia, na qual a especialização geográfica separou agricultura e indústria, no modelo asiático a protoindústria desenvolveu-se como extensão da economia familiar camponesa. Essa organização permitia utilizar a mão de obra excedente da família em períodos de menor demanda agrícola, reduzindo a necessidade de migração rural-urbana e possibilitando produção a custos muito baixos (Sugihara, 2003).

Essas características do modelo econômico chinês foram se consolidando ao longo de milênios relativamente à margem da economia-mundo capitalista. Por isso, o comércio entre a China e o Ocidente permaneceu limitado por longo período, concentrando-se na exportação de seda, chá e porcelana em troca de prata (Hamilton; Chang, 2003). Esse quadro começou a se alterar no final do século XVIII com o crescimento da importação de ópio indiano comercializado pela Companhia das Índias Orientais. A tentativa chinesa de interromper esse comércio levou às Guerras do Ópio (1839–1842 e 1856–1860), após as quais a China foi progressivamente incorporada à economia-mundo capitalista (Vieira, 2021).

Segundo Vieira (2021), entre 1840 e 1949 essa incorporação ocorreu de forma parcial e fragmentada. Embora tratados desiguais tenham aberto portos ao comércio estrangeiro e permitido a instalação de empresas ocidentais, grande parte da economia chinesa permaneceu relativamente desconectada dos circuitos financeiros e comerciais globais. Isso se deveu tanto à dimensão territorial e demográfica do país quanto à força de suas instituições sociais e econômicas historicamente consolidadas.

Além disso, o campesinato chinês protagonizou diversas formas de resistência à crescente penetração estrangeira no período das Guerras do Ópio. O movimento antissistêmico de San Yuan Li na década de 1840 ilustra essa reação inicial. Liderada pelas elites proprietárias, a milícia local mobilizou camponeses contra a intrusão ocidental associada à importação de ópio e à drenagem de prata que corroía a economia (So; Chiu, 1995). Pouco depois, a Rebelião de Taiping (1851-1864) representou uma contestação ainda mais profunda, ao mobilizar cerca

de 10 mil rebeldes, entre camponeses, artesãos, e trabalhadores sem-terra, em torno de um projeto radical de transformação social (So; Chiu, 1995). Embora tenham enfraquecido e descentralizado ainda mais o governo imperial, as duas rebeliões demonstram como o campesinato chinês do século XIX esteve no centro da oposição ao domínio estrangeiro, e como a incorporação da China foi contestada e, também por isso, foi parcial neste período. De fato, a agricultura e a indústria rurais “permaneciam praticamente à margem da economia-mundo capitalista, o que significava a continuidade das técnicas, das relações de trabalho tradicionais e ausência das pressões da acumulação incessante de capital” (Vieira, 2021, p. 182).

No entanto, a incorporação prosseguia, como fica demonstrado pela instauração, em 1912, da República da China, uma forma ocidental de governo. Outros setores da economia chinesa foram intensificando sua integração com a economia-mundo, tais como: bancos estrangeiros atuando nas cidades portuárias, importação de máquinas e produtos manufaturados e a instalação de fábricas ocidentais. As conexões com a economia-mundo também se intensificaram pelo aumento das exportações. De 1909 a 1929 as exportações de soja em grãos e dos subprodutos desta aumentaram três vezes, chegando a 75% da produção mundial (Vieira, 2021). Foi somente com a invasão japonesa de 1937 e a subsequente vitória do Partido Comunista da China (PCCh) na guerra civil e a consolidação da República Popular da China, que a incorporação parcial e fragmentada sofreu um retrocesso, sendo substituída por uma integração mínima à economia-mundo capitalista (Vieira, 2021).

Entre 1949 e 1978, o novo Estado socialista buscou construir um projeto de desenvolvimento relativamente autônomo, priorizando a agricultura e financiando a industrialização com o excedente extraído do campo. A reforma agrária iniciada em 1949 redistribuiu cerca de metade das terras aráveis e beneficiou aproximadamente 300 milhões de camponeses, eliminando o poder dos latifundiários e estabelecendo uma base agrícola assentada na pequena produção familiar (Pomar, 2015; Escher, 2022).

Nos anos seguintes, processos de cooperação e coletivização culminaram na formação das comunas populares. Apesar das dificuldades associadas ao Grande Salto Adiante e às crises alimentares da década de 1960, esse sistema permitiu mobilizar recursos coletivos para ampliar infraestrutura rural, irrigação e experimentação agrícola (Eisenman, 2018). Eisenman destaca que, embora alvo de críticas, as comunas populares (1958-1982) tiveram papel fundamental no desenvolvimento rural da China, ao mobilizar recursos coletivos para enfrentar a escassez de terra e permitir avanços como irrigação, mecanização e experimentação agrícola. Segundo o autor, as comunas também criaram bases para uma “revolução verde na China vermelha”,

integrando inovação tecnológica, reorganização institucional e desenvolvimento econômico rural, consolidando uma infraestrutura e capital humano que sustentariam as reformas pós-1978.

De acordo com Vieira (2021), sob a liderança de Deng Xiaoping, as reformas de 1978 iniciaram a fase de integração total e irreversível da China à E-MC que vigora até o presente momento. As comunas foram substituídas pelo sistema de responsabilidade familiar, que manteve a propriedade coletiva da terra, mas concedeu às famílias direitos de uso e contrato. Essa mudança estimulou a produtividade agrícola, elevou a renda rural e incentivou a diversificação produtiva (Medeiros, 2013). Paralelamente, emergiram as Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs), responsáveis por dinamizar as economias locais ao realocar excedentes agrícolas para atividades industriais intensivas em trabalho, muitas vezes financiadas com apoio do Agricultural Bank of China, que cobriu até 40,6% do capital inicial dos empreendimentos (Fares, 2018).

Segundo Arrighi (2008) as EAMs foram os principais responsáveis pela realocação de excedentes agrícolas para atividades industriais intensivas em de mão de obra e que absorveram os trabalhadores rurais excedentes, o que fez a força de trabalho rural não agrícola passar de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003 (Arrighi, p. 367, 2008). Com a propriedade coletiva das empresas rurais pelos habitantes das aldeias ou cidades, a alocação do lucro foi regulamentada, tornando obrigatório que mais da metade fosse reinvestido na própria empresa, com o intuito de expandir a produção, e aumentar as verbas destinadas à assistência social e à infraestrutura agrícola. Empregando uma perspectiva histórico-mundial, Zhan (2019) argumenta que ascensão da China começou com esta decolagem na economia rural nos anos 1980, movimento que pode ser caracterizado como uma segunda revolução industrial da trajetória de desenvolvimento chinesa, dada sua natureza intensiva em mão de obra e produção em pequena escala e baseada na comunidade camponesa.

Nos anos 1990, a estratégia nacional chinesa passou a privilegiar a industrialização voltada à exportação. Foram criadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e zonas de desenvolvimento tecnológico que atraíram investimentos estrangeiros e articularam grandes empresas estatais ao mercado global (Medeiros, 2013). Embora tenham promovido crescimento acelerado, essas políticas reduziram o peso da agricultura na economia de 32,8% do PIB em 1982 para 10,6% em 2006 e ampliaram as desigualdades entre campo e cidade (Fares, 2018). O êxodo rural se intensificou, com milhões de camponeses migrando para centros urbanos e

cerca de 70 milhões de agricultores sendo deslocados por desapropriações ligadas ao mercado imobiliário (Fares, 2018).

Em resposta às tensões sociais, o governo de Hu Jintao (2003–2013) aboliu impostos agrícolas e lançou o programa “Construindo um Novo Campo Socialista”, ampliando subsídios, infraestrutura e serviços no meio rural (Escher, 2022). Ao longo dessas décadas, a política agrária chinesa transitou de um modelo coletivista radical para um sistema híbrido, combinando propriedade coletiva da terra, iniciativa familiar e crescente integração do campo às dinâmicas industriais e urbanas.

A partir de 2004, o governo intensificou políticas de modernização agrícola, ampliando subsídios para grãos, sementes, insumos e máquinas, cujo volume passou de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 24,3 bilhões (Guo, 2020). Paralelamente, o Partido Comunista Chinês buscou reduzir desigualdades regionais com investimentos em educação básica, saúde cooperativa rural e infraestrutura, incluindo estradas, eletrificação, abastecimento de água e internet (Zhan, 2020). Esses esforços contribuíram para elevar o padrão de vida da população rural e, a partir de 2008, algumas regiões do interior passaram a registrar crescimento de renda superior ao das áreas costeiras (Fares, 2018).

Contudo, essa modernização também aprofundou contradições. O fortalecimento do agronegócio, liderado pelas chamadas “companhias cabeça de dragão”, introduziu novas relações capitalistas no campo e intensificou processos de diferenciação social e desapropriação (Fares, 2018). Essa tendência foi reforçada em 2013, quando o PCCh autorizou a transferência do uso da terra para terceiros, ampliando a concentração em unidades produtivas de maior escala (Zhan, 2020).

Ao mesmo tempo, os sucessivos planos quinquenais consolidaram investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica, criando as bases para uma agricultura altamente mecanizada e integrada ao mercado nacional (Espíndola; Sampaio; Medeiros, 2025). A expansão das redes de transporte, energia e comunicação ampliou significativamente a conectividade do meio rural e elevou os níveis de mecanização e produtividade agrícola (Guo, 2020; Marcelino, 2024). Durante o governo Xi Jinping (2013–presente), inicialmente manteve-se a ênfase na agricultura em larga escala apoiada pelo grande capital. Contudo, o lançamento da Estratégia de Revitalização Rural (2017–2018) marcou uma inflexão ao buscar integrar pequenas unidades camponesas ao desenvolvimento agrícola contemporâneo e melhorar as condições de vida no campo. Entre seus objetivos destacam-se o fortalecimento da agricultura

familiar, a ampliação da assistência técnica, a promoção da sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades regionais (Escher; Schneider, 2022).

Assim, embora a política agrária chinesa após 1978 apresente movimentos pendulares, ora favorecendo grandes empresas do agronegócio, ora reforçando o papel do campesinato, a trajetória do país revela significativa autonomia em sua inserção na economia-mundo capitalista. Diferentemente do Brasil, cuja inserção histórica foi marcada pela dependência das cadeias mercantis globais, a China combinou integração internacional com políticas estatais voltadas ao aumento da produtividade agrícola e à melhoria das condições sociais da população rural.

### **Considerações finais**

Neste artigo buscamos compreender as diferenças entre o papel do Estado no desenvolvimento rural de Brasil e China. Tentamos demonstrar que tais diferenças expressam trajetórias de bifurcação entre a América Latina e o Leste Asiático no contexto da economia-mundo capitalista. Revisamos a seguir, as principais etapas do desenvolvimento rural e diferenças e semelhanças entre os dois países em sua relação com a E-MC em cada uma das três durações.

Na longa duração (1500 a 1850), o Brasil, ou melhor, a colônia portuguesa na América, foi criada como parte indissociável da incipiente economia-mundo europeia. Baseada no trabalho forçado (escravidão) e no latifúndio, a produção de bens primários (açúcar, fumo, cacau, café, entre outros), que seriam quase totalmente exportados para o mercado europeu. Nessa economia primário-exportadora, o latifúndio e a escravidão conformaram a estrutura política e social da colônia, bem como na a alta concentração de terras e riqueza nas mãos dos colonizadores e na marginalização dos trabalhadores do campo.

No mesmo período a China permaneceu como uma arena externa da economia-mundo europeia, com a qual mantinha um comércio pouco expressivo, mas superavitário, sugando a prata do ocidente. A grande dimensão territorial e populacional da China, combinada com a pouca expressão do comércio exterior, fez com que a sociabilidade interna da China permanecesse praticamente intocada pelas trocas comerciais com a Europa. Nessas condições, pode-se afirmar que até 1850 o desenvolvimento rural da China, que já estava enraizado nas pequenas propriedades intensivas em trabalho familiar, não foi reorganizado para atender as demandas da Europa.

Avançando para a duração intermediária (1850-1980), vimos que para o Brasil esse foi um período de relativa continuidade, pois mesmo com a independência, permaneceu a estrutura fundiária marcada pela concentração e monopólio da terra pelas classes dominantes, o que se explica em grande parte porque o Estado que se formou em 1822 se sustentava política e economicamente na classe latifundiária exportadora. Com a Lei de Terras e, a partir do fim do tráfico (1850) o trabalho escravo foi gradativamente sendo substituído por trabalhadores livres, provenientes principalmente da Europa. No último quartel do século XIX o café despontou como principal produto de exportação e dominou a economia brasileira, reforçando a posição periférica do Brasil, integrado à divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários e importador de manufaturados.

Deve ser destacado, que os maiores lucros gerados na cadeia mercantil do café eram transferidos para as regiões centrais do sistema, como demonstra Vieira (2012). Quando a crise mundial de 1930 tirou do café da posição de motor da economia brasileira, o governo Vargas adotou a estratégia nacional de desenvolvimento via industrialização. No entanto, após 1945, o Brasil não pode resistir à pressão dos EUA para facilitar a instalação das multinacionais estadunidenses, recuou na estratégia nacionalista e adotou o desenvolvimentismo internacionalista, no qual a industrialização brasileira foi liderada por empresas multinacionais. A agricultura conhece um processo de modernização conservadora caracterizada pela adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde” conjugada com o aumento do crédito para a agricultura capitalista via políticas de fomento produtivo, como o Sistema Nacional de Crédito Rural, Políticas de Garantia de Preço e Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (Proagro). Esse processo reforçou a heterogeneidade da agricultura brasileira, desde então subordinada à indústria e marcada pela desigualdade no uso de tecnologias, na propriedade da terra e nas relações de trabalho.

Na China, com a incorporação à economia-mundo capitalista iniciada pela vitória da Inglaterra na primeira guerra do ópio (1839-42), os produtos, tecnologias e métodos organizacionais ocidentais passaram a reformular a organização da economia chinesa. Deu-se também o desmantelamento progressivo do sistema político imperial, com o fim da dinastia Qing e a instalação da República da China em 1912.

No entanto, a incorporação foi parcial e fragmentada, o que em certa medida facilitou o processo de reconstrução nacional promovido pelo PCCh após sair vitorioso da guerra civil e instituir, em 1949, a República Popular da China. A partir de então, pouco conectada à economia-mundo, tanto pelas sanções impostas pelos EUA e seus aliados, como também pela

adoção de estratégia nacional de desenvolvimento que priorizava sua autonomia decisória, de 1949 até 1978 a China priorizou a produção agrícola para suprir as necessidades de uma massiva e vulnerável população. Foi promovida uma reforma agrária radical que além de distribuiu terra aos camponeses praticamente eliminou o poder dos antigos proprietários de terra.

Nessas condições, o desenvolvimento rural e a produção agrícola não esteve voltada para o mercado mundial, mas para atender o desenvolvimento interno chinês. Com a reforma agrária, aumento a produtividade da agricultura que seria a base da “revolução verde” chinesa no período da reforma e abertura.

No tempo curto (1980-2025), o Estado Brasileiro adota a lógica neoliberal, reintegrando os fluxos de capitais internacionais das economias centrais da economia-mundo sem uma estratégia nacional, especialmente nos anos 1980 e 1990. Esse mesmo Estado estimula o agronegócio intensificando sua especialização como exportador de commodities (soja, carne, minérios), traço que se intensifica nos anos 2000 com o crescimento da demanda chinesa. Apesar dos avanços sociais promovidos por programas como o Pronaf, a estrutura produtiva brasileira já estava completamente integrada para responder à economia mundial, mas sem uma estratégia de desenvolvimento nacional clara por parte dos governos. A consequência foi a consolidação de uma estrutura produtiva substancialmente voltada para a exportação de bens de baixo valor agregado e um sistema fundiário altamente desigual (latifúndios concentram cerca de 55% das terras aráveis), ficando os agricultores familiares e as populações vulneráveis do campo com pouca terra, baixos subsídios e baixo índice de mecanização (apenas 21,8% dos estabelecimentos rurais possuem algum tipo de mecanização agrícola).

Já na China, que com o processo de reforma e abertura iniciado em 1978 se integrou total e irreversivelmente à economia-mundo capitalista, observamos o oposto. Por exemplo, o domicílio camponês continua representando a principal fonte de produtividade agrícola do país com o papel central das Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs) financiadas pelo Banco de Agricultura da China. Aliás, foram estas empresas responsáveis pela realocação dos excedentes agrícolas para as atividades industriais de uso intensivo de mão de obra, que criaram bases para decolagem da economia nacional chinesa.

Não obstante, quanto mais o país se integra à economia-mundo podemos notar as contradições subjacentes, como o aumento das terras desapropriadas em favor do agronegócio exportador. Hoje, a China aposta em uma estratégia de Revitalização Rural. Apoiada pelos investimentos estatais, cerca de 87% da agricultura camponesa opera com alguma forma de

mecanização, ainda que esse resultado se deva a uma estratégia de acumulação capitalista da agricultura.

Em síntese, as diferenças observadas não decorrem apenas de escolhas políticas conjunturais, mas das distintas posições estruturais ocupadas por Brasil e China na economia-mundo capitalista e dos respectivos graus de autonomia estatal, o quais, por sua vez, têm uma longa história. O Brasil, por ter suas raízes históricas na própria formação da economia-mundo, tornou-se parte indissociável dela.

Mesmo após a independência, o país nunca se constituiu plenamente como um Estado com elevada autonomia frente aos Estados centrais (principalmente os hegemônicos, Inglaterra e EUA) e frente às classes dominantes, que desde o período colonial eram latifundiários exportadores de *comodities* agrícolas. Essas classes sociais controlavam o Estado, que foi incapaz de criar e implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento rural. Como resultado, a agricultura permaneceu a serviço da acumulação incessante de capital, ficando a população rural com pouco ou quase nada. Por outro lado, a China tinha uma longa trajetória histórica relativamente externa à economia-mundo e um sistema agrário já estruturado, baseado na centralidade da pequena propriedade da terra.

O Estado criado após a revolução comunista de 1949 manteve essa centralidade, eliminou as classes proprietárias do campo e da cidade e se fortaleceu militarmente para dispor de autonomia frente aos adversários externos e internos. E mesmo quando decide se integrar totalmente à economia-mundo capitalista, as primeiras reformas foram na agricultura que foi liberada das amarras do período anterior a 1978, liberação que chegou ao ponto da adoção de lógica capitalista no campo, ainda que o Estado continue no controle de todo o processo.

Esperamos ter mostrado que também na agricultura se pode observar as trajetórias distintas da América Latina e do Leste Asiático. Em todo caso, há um aspecto comum: quanto maior o grau de integração à economia-mundo, maiores tendem a ser as contradições que emergem nesse processo para os dois países. Para trabalhos futuros, encorajamos a adoção desta metodologia de análise para evidenciar como cada país respondeu, de forma específica, às dinâmicas da economia-mundo no setor rural, examinando cadeias produtivas e bens agrícolas em particular.

### **Agradecimentos**

Essa pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 23/2025.

## Referências

AREND, Marcelo. O Brasil e o Longo Século XX: Condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In Vieira, Rosângela de L. (org). **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Pp.135-171.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: Routledge, 2003.

ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-keung; HUNG, Ho-Fung; SELDEN, Mark. Historical capitalism, East and West. In: ARRIGHI, Giovanni. HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. **The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. Londres: RoutledgeCurzon, 2003. Págs. 300-320.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

EISENMAN, Joshua. **Red China's green revolution**: Technological innovation, institutional change, and economic development under commune. New York: Columbia University Press, 2018.

ESCHER, Fabiano. A economia política do desenvolvimento rural na China: da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 26, e222610, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Z3nfKRQ3DH4wsy5BYVQSMzg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projeto na China. **Princípios**, [S. l.], v. 43, n. 171, p. 31–53, 2025. DOI: 10.14295/principios.2675-6609.2025.171.003. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/574>. Acesso em: 27 set. 2025.

FARES, T. M. O desenvolvimento agrário chinês e sua integração com o agronegócio brasileiro. **Revista de estudos críticos asiáticos**, v. 3. n. 1, jan. 2017.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

GUO, P. The agricultural and rural sector in China: an overview. In: JANK, M. S. GUO, P.; MIRANDA, S. H. G (org). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2020, p. 44-71.

HAMILTON, G.G; CHANG, W. The importance of commerce in the organization of China's late imperial economy. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: Routledge, 2003, p. 173-213.

HENDLER, Bruno. O Sistema Sinocêntrico Revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o Sudeste Asiático. Tese de doutorado. Instituto de Economia, UFRJ. 2018.

KANG, David C. **East Asia before the West: Five Centuries of Trade and Tribute**. New York, NY: Columbia University Press, 2010.

KONCHINSKI, Vinicius; BIANCHI, Paula. Brasil tem 145 mil famílias acampadas à espera de terra. Repórter Brasil, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/02/brasil-familias-acampadas-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARCELINO, Fernando. Campo chinês: modernização sem latifúndio. Outras Palavras, 18 out. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/campo-chinese-modernizacao-sem-latifundio/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MEDEIROS, Carlos. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924p.; p.435-490.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MST. O Governo Lula foi o que mais assentou famílias na história do Brasil. MST, 30 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 23 set. 2025.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

RIBEIRO, Darcy. 1987. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Petrópolis, RJ: Vozes.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JR., Caio (1960). Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 15-85.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage Foundation. 1984.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306-322.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2ª edição. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

SUGIHARA, Kaoru. The East Asian path of economic development: a long-term perspective. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: Routledge, 2003, p. 78-116.

TROLLIET, Pierre. Les communes populaires rurales chinoises. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 9-10, p. 229-269, 1962. Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/tiers\\_0040-7356\\_1962\\_num\\_3\\_9\\_1077](https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1962_num_3_9_1077). Acesso em: 23 set. 2025.

VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fábio. Perfil da população rural na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: uma análise preliminar. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 43-67.

VIEIRA, Pedro Antonio. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente). In: OURIQUES, Helton Ricardo (org.). **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021, p. 175-207.

VIEIRA, Pedro Antonio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 3, p. 499–527, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642678>. Acesso em: 8 set. 2025.

VIEIRA, Pedro Antonio. O nacionalismo metodológico na economia e a economia política dos sistemas-mundo como possibilidade de sua superação. **Estudos do CEPE**, 42, 2015, pp. 78-94. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/cepe/article/view/6204>. Acesso em: 10 set. 2025.

VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo; SANTOS, Fábio Pádua dos. Trajetórias divergentes: a América Latina e o Leste Asiático na economia-mundo capitalista. **Colombia Internacional** , v. 113, p. 23-59, 2023.

VIEIRA, Pedro Antonio. A Economia Política dos Sistemas-Mundo: origens, fundamentos e aplicações. In: VIEIRA, Pedro Antonio. **Economia Política dos Sistemas-Mundo: Origem, fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2025.

VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 a 1929. In: VIEIRA, Pedro; VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe (orgs.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction**. Editora, 2004.

ZHAN, Shaohua. **The land question in China: Agrarian capitalism, industrious revolution, and East Asian development**. London: Routledge, 2019.

ZHAN, Shaohua. The land question in 21st century China: four camps and five scenarios. **New Left Review**, n. 122, p. 115-133, 2020.

## AUTORES

### **Laura Brand Fabrizio**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (RI/UFSM). É membra do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM/UFSC). Atualmente vem pesquisando sobre a China na economia-mundo capitalista.

**Orcid:** <https://orcid.org/0009-0006-8505-1035>

**E-mail:** [laura.fabrizio@posgrad.ufsc.br](mailto:laura.fabrizio@posgrad.ufsc.br)

### **Pedro Antonio Vieira**

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (UFSC). Vem pesquisando e publicando sobre o Brasil na economia-mundo e mais recentemente também sobre a relação entre a China e a economia-mundo capitalista. Sua publicação mais recente é "Economia Política dos Sistemas-Mundo: origem, fundamentos teórico-metodológicos e aplicações".

**Orcid:** <https://orcid.org/0009-0009-6687-832X>

**E-mail:** [pavieira60@gmail.com](mailto:pavieira60@gmail.com)